

GOVERNAMENTALIDADE E BIOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM DOCUMENTOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO

Autor do projeto¹: Leonardo Henrique Barbosa
Orientador²: Prof. Dr. Rodrigo Barbosa Lopes

1 INTRODUÇÃO

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar como a governamentalidade se faz presente na formação de professores. Desse modo, investigará a disseminação de uma forma de controle imposta pelo biopoder através de documentos normativos que regem a Educação brasileira, quais sejam: a Resolução CNE nº 2, de 15 de julho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura); a Deliberação CEE/SP nº 154, de 07 de junho de 2017, que dispõe sobre a atualização da Deliberação CEE/SP nº 111/2012, que fixa as Diretrizes Curriculares complementares para a formação de docentes para a Educação Básica nos cursos de graduação (Licenciaturas); e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Além disso, buscar pensar formas de resistência a esse governo através de práticas de contracondutas.

A governamentalidade e o biopoder são conceitos inicialmente citados pelo filósofo Michael Foucault, desenvolvidos no texto “Segurança, território e população” composto pelas aulas ministradas no Collège de France (1977-1978). Segundo Foucault (2008), a governamentalidade é um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões que permitem essa forma complexa de poder que tem como alvo a população. Esses poderes estão

¹Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, vinculado ao grupo de pesquisas: Valores, educação e formação de professores, coordenado pelo prof. Dr. Divino José da Silva.

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e professor de Filosofia do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

muito enraizados na sociedade, são disseminados através das instituições sociais e através da construção de discursos. O poder se faz presente em todos os tipos de relações e se fortifica a partir do momento que é exercido e o governo se fortifica através do poder. Para entender o conceito de governamentalidade é necessário entender o conceito de poder, visto que, segundo Foucault (2008), o governo dos sujeitos acontece através das relações de poder que resultam no direcionamento das condutas de tais sujeitos.

Portanto, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma ocorre a normalização das práticas e dos saberes na formação dos professores através dos documentos normativos?

Torna-se, então, necessário repensar essa formação, buscando investigar outras maneiras de formar. Partimos da hipótese que a formação crítica embasada em uma genealogia da resistência possa ser uma possível forma de escapar aos processos de governamentalidade e normalização na formação de professores.

Michel Foucault, de acordo com Gadelha (2016), busca de se desprender da dualidade das concepções filosóficas existentes que abordavam o poder, como as concepções jurídico-políticas (liberais), as quais encaravam o poder através de um prisma economicista; ou, então, como as análises com fundamentos marxistas, as quais percebiam o poder pela face econômica, como meio de manter relações de produção e dominação de classe. Dessa forma, Foucault percebeu a necessidade de investigar o poder com um olhar diferente, então realizou um estudo filosófico buscando documentar a história do poder e do governo na transição da época clássica até o período em que viveu na contemporaneidade. Foucault fez, assim, um estudo genealógico do poder. Classificou o poder em três fases: a primeira fase é a soberania, a segunda é o poder disciplinar e, a terceira, o biopoder.

O biopoder e a disciplina, são os poderes que mais condizem com os atuais sistemas econômicos capitalistas neoliberais. Com a instalação do neoliberalismo surgiram inúmeras questões que estruturam todas as ideologias que garantem essa nova estrutura de sociedade, como os discursos que trazem a ideia do Capital Humano e por meio dele o individualismo e a competição entre sujeitos.

A ideia de capital humano, de acordo com Foucault (2008), parte de dois pontos, os elementos inatos e os adquiridos. Quanto maior investimento ocorrer na formação de um sujeito, desde os anos iniciais – feitas pela família, em relação a estudos, convívio, herança

cultural – até sua fase adulta, melhor posicionamento esse sujeito ocupará no quadro social, assim fortificando a individualidade e construindo a competição entre os sujeitos e fazendo com que o discurso de meritocracia se manifeste. No capital humano, o sujeito é visto como uma empresa, na qual serão investidos desde sua infância esforços para a construção de um maior capital, é uma espécie de empreendedorismo de si mesmo. De acordo com Gadelha (2016), nessa teoria os valores econômicos descentralizam da economia e migram para outras questões da vida em sociedade, instituindo processos e políticas de subjetivação, transformando sujeitos em indivíduos-microempresas. A economia passa a ter como objeto o comportamento humano e sua racionalidade. A cultura do empreendedorismo propaga a ideia do aprender a aprender, individualizando as práticas profissionais.

Essa nova lógica econômica acompanha também uma nova modalidade de governamentalidade, que, segundo Gadelha (2016), irá investir sobre os corpos, suas capacitações, formações educacionais e profissionais, garantindo o aumento da produtividade para as empresas e para os trabalhadores, buscando estrategicamente programar as atividades e comportamentos dos indivíduos. De acordo com Gadelha (2016), os indivíduos e a população têm sido cada vez mais induzidos pelas tecnologias e mecanismos de governos, que têm transformado a sua formação, uma competição, onde o progresso da formação é visto como um acúmulo de pontos, percebidos como um índice de produtividade.

Ao propor uma Base Nacional de Formação dos Professores, o poder governamental garante e controla a normalização na formação dos professores no território nacional, garantindo assim ampla disseminação das ideias defendidas pelo Estado. Afinal, os conteúdos a serem ensinados e como serem ensinados, o como formar professores, a carga horária dessa formação, a desvalorização da formação e atuação docente ganham uma característica padronizada, garantindo assim a normalização desses profissionais. Como o objetivo central da governamentalidade é atingir a população em si, através desses documentos que regulam a educação, ela exerce e garante o poder, o controle e a norma.

Ao analisar a segunda resolução apresentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2019, podemos perceber a presença de ideias que podem ser compreendidas como uma ação governamental de nivelamento da capacitação dos professores, constatando assim a governamentalidade, o próprio documento.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa será uma pesquisa teórica e terá como fonte a pesquisa bibliográfica, mas que também como fonte a pesquisa documental. O presente projeto de pesquisa se situa no campo da Filosofia e mais precisamente no campo da Filosofia da Educação. Iremos privilegiar o recorte temporal dos últimos 10 anos de publicações referentes às teses, dissertações e artigos, pois as principais obras que tratam do assunto são da segunda metade do século XX. Então, nos apoiaremos na análise das orientações de diferentes autores do campo filosófico-educacional, tornando possível a compreensão da problemática aqui exposta: Como a governamentalidade se faz presente na formação de professores através dos documentos normativos? Por outro lado, a pesquisa teórica também tem como fonte a pesquisa documental, porque parte dos conteúdos da pesquisa serão extraídos de um estudo crítico dos documentos normativos editados por resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE), quais sejam: Resolução CNE nº 2, de 15 de julho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura); a Deliberação CEE/SP nº 154 de 07 de junho de 2017, que dispõe sobre a atualização da Deliberação CEE/SP nº 111/2012, que fixa as Diretrizes Curriculares complementares para a formação de docentes para a Educação Básica nos cursos de graduação (Licenciaturas); e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Levando em consideração o problema apresentado, metodologicamente falando, optamos por fazer uma revisão de literatura e documental para compreender o modo como a ocorre a normalização das condutas e dos saberes na formação dos professores através dos documentos normativos. E mais, para pensar como a formação aliada ao conceito de crítica exposta por Michael Foucault pode ser uma alternativa de resistência a esta forma de governo.

O levantamento bibliográfico será feito através de bibliotecas virtuais e físicas, sites de busca científica como Scielo, Banco de dados do Portal CAPES, Repositório Institucional UNESP e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). É nessa direção que se propõe

a atual investigação: abordar uma parcela da produção acadêmica – livros, artigos científicos, teses e dissertações – que abordam o tema de forma a acrescentar conteúdos confiáveis para a nossa pesquisa.

Palavras-chave: Atitude Crítica; Biopolítica; Formação Docente; Governamentalidade; Michel Foucault.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer n. 02/2015 – CNE/CP – Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente para a Educação Básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer n. 02/2019 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Deliberação CEE N° 154/2017-** Dispõe sobre alteração da Deliberação CEE nº111/2012. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação:** Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. 1 ed.; 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.